

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO
PROGRAMA TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO DE
ARINOS-MG**

Ailton Arangui da Silva¹
Roberto Lúcio Corrêa de Freitas²
Mabel Diz Marques³
Raphael de Oliveira Silva⁴

Resumo: Este trabalho tem como objetivo, caracterizar o perfil e percepção dos beneficiários do programa Tratamento Fora do Domicílio – TFD, no município de Arinos- Minas Gerais. Foi realizada uma pesquisa de campo exploratória por meio de questionários estruturados junto a 158 indivíduos beneficiados pelo programa. Os resultados indicam que 56% dos beneficiários são mulheres, 86% possui renda mensal de até dois salários mínimos, 39% possui nível de escolaridade fundamental incompleto, 39% estão na faixa etária de 30 a 50 anos. Ademais, 56% dos beneficiários não tem conhecimento sobre as leis que regem o programa, 52% estão satisfeitos com o serviço prestado pela secretaria municipal de saúde do município.

Palavras-chave: Tratamento fora do domicílio (TFD). Política pública. Sistema Único de Saúde. Usuários da saúde pública. Arinos.

1. Introdução

O Brasil passa por um profundo debate acerca do nível de satisfação de programas e políticas públicas na área da saúde. Com efeito, se insere o debate sobre o papel e importância do Programa de Tratamento Fora do Domicílio –TFD –, especialmente em cidades de menor porte (em termos populacionais e arrecadação) e com infraestrutura insuficiente para ofertar serviços básicos de saúde.

O TFD foi implantado no ano de 1988, a partir da Ordem de Serviço do INPS nº167/88 e reordenado suas atividades em 1999, por meio da portaria nº 055/SAS/MS. De

¹ Bacharel em Administração pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos. E-mail: ailtonaranguidasilva@gmail.com

² Mestre em Administração e Professor orientador Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos. E-mail: roberto.freitas@ifnmg.edu.br

³ Doutoranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: mabeldizmarques@gmail.com

⁴ Doutorando em Economia pela Universidade Federal da Bahia e Pesquisador Associado da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (DIRUR) - Ipea. E-mail: phaeloliveira_@hotmail.com

grosso modo, este programa objetiva possibilitar que pacientes de um determinado município tenham oportunidade de acesso a serviços assistenciais médicos em outro município capacitado, assegurando o tratamento de pacientes inscritos no programa a consultas, tratamento ambulatorial, hospitalar, assim como cirurgias, ajudas de custos (diárias) e passagens (aéreas, terrestres, fluviais) de ida e volta ao paciente e para o acompanhante quando for necessário, mediante prévio agendamento.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Arinos-MG, que está situada no noroeste mineiro. Sua localização é centralizada, e isso à torna uma cidade estratégica ao auxiliar e fomentar apoio aos municípios vizinhos com relação as necessidades da população dessa micro região que abrange cerca de 5 municípios. Porém, quando o assunto é saúde, a prestação de serviços de média e alta complexidade não se diferencia muito dos demais municípios do interior do Brasil.

Nesse contexto, este estudo trata da política pública “TFD” como um componente de vital importância para os muitos cidadãos que carecem de algum serviço de saúde que não é ofertado ou está em falta no município, por isso, esse programa é de grande valia para os cidadãos locais, principalmente, para os mais carentes e necessitados. Assim, este trabalho tem como objetivo mapear o perfil dos beneficiados pelo TFD, bem como sua percepção sobre o programa e o nível de satisfação do serviço prestado pela secretaria de saúde do município.

Como estratégia metodológica foi realizada uma pesquisa exploratória com aplicação de questionários e entrevistas. O estudo contou com uma amostra de 158 indivíduos assistidos pelo programa, dos quais 45% recebe o atendimento em Brasília-DF, Patos de Minas-MG, Barretos-SP e Belo Horizonte-MG. O transporte, em sua maioria é realizado por micro-ônibus e ambulâncias, além da manutenção de residências de apoio em alguns dos municípios citados. Ademais, o programa funciona na cidade desde o ano de 2000.

Para além desta introdução e considerações finais, este trabalho está organizado em mais quatro seções. A próxima seção apresenta os principais aspectos sobre a importância das políticas públicas. Na seção três, apresenta-se as principais transformações das políticas públicas no Brasil nos últimos 50 anos. A seção quatro, destina-se a descrever o programa TFD. A quinta seção, descreve-se os procedimentos metodológicos, seguida dos principais resultados.

2. Políticas Públicas e desenvolvimento local

Para dar início aos estudos sobre políticas públicas é importante definir seu significado para nortear e demonstrar o que se espera ao abordar esta temática.

Segundo Jenkins (2013 apud HEIDEMANN, 2014, p. 31) a política pública consiste:

Em um conjunto de decisões inter-relacionadas que – tomadas por um ator ou grupo de atores políticos que – que se referem à seleção de objetivos e dos meios necessários a alcançá-los, no âmbito de uma situação especificada em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance dos mesmos atores.

Porém, este trabalho busca analisar o nível de importância das políticas públicas praticadas no município de Arinos–MG, assim, como também observar os impactos que, tais, políticas trouxeram para a sociedade local. Na mesma linha de raciocínio, porém, focalizando-se no “TFD” procurou-se entender quais os reais propósitos que essa política buscou e ainda busca satisfazer, ou seja, o que os indivíduos que estavam à frente da formulação deste programa objetivavam. Segundo Amorim et al (2009, p.5 e 6)

Todo e qualquer planejamento na elaboração de políticas requer um diagnóstico da realidade social e uma definição clara dos objetivos e metas, tendo em vista os recursos disponíveis para a realização das ações. Os indicadores sociais são um dos instrumentos mais utilizados para subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas, apesar de nem sempre revelarem as características contraditórias presentes nos Estados e nos municípios como, por exemplo, a convivência de padrões do desenvolvimento humano com a persistência da pobreza e das desigualdades sociais, que esbarram em questões estruturais, agravadas pelo desemprego e pela redução da renda das famílias.

Tendo em vista tal concepção, torna-se relevante investigar a participação da população para um manejo correto e eficiente deste programa. É interessante ressaltar, que em grande medida programas de assistência a população são desenvolvidos sem o conhecimento dos cidadãos e, por isso, talvez este seja o motivo de alguns programas serem interrompidos ou até mesmo são implantados, porém, não cumprirem o papel e função social ao qual foi designado.

As pressões e os desafios são grandes sobre o Estado, principalmente, no tocante do regime democrático ao qual a sociedade brasileira vive, onde o Estado soberano toma as rédeas das situações e sempre se propõe ativamente em todas as decisões que serão tomadas.

Porém, com a escassez de recursos, os gestores e dirigentes que estão a frente de programas sociais como é, o caso, do programa “TFD”, são exigidos a sempre buscar a maximização dos resultados, e conseqüentemente, isso vem a se tornar um dos pontos chaves para poder beneficiar o máximo de pessoas possíveis.

Quando se investiga as políticas públicas, é necessário, que se tenha em mente a magnitude de todas as ações que virão a ser tomadas por parte do poder público tendo em vista que o desenvolvimento e implementação de políticas públicas envolvem diversos fatores. Em que a “importância das relações sociais no âmbito da sociedade civil e do Estado, uma vez que a política somente se torna efetiva através do confronto de ideias” (Freitas, 2016, p. 31). Ademais, no que tange às decisões tomadas acerca de recursos financeiros designados às políticas sociais públicas, a relevância da dimensão política dos Conselhos de Políticas passa a ser ainda maior.

3. Políticas Públicas no Brasil

A análise de políticas públicas sofreu uma grande modificação na década de 1970, alavancada pela transição democrática. Segundo Melo (1999 apud Trevisan e Bellen, 2008, p.536) são três os motivos da expansão:

Em primeiro lugar, pelo deslocamento na agenda pública. Durante os anos 1970, a agenda pública se estruturou em torno de questões relativas ao modelo brasileiro de desenvolvimento, onde a discussão limitava-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que conduzia o projeto de modernização conservadora do regime ditatorial. Eram centrais para essa agenda as questões de arranjo institucional: descentralização, participação, transparência e redefinição do mix público-privado nas políticas. A essa transformação da agenda seguiu-se uma redescoberta na agenda de pesquisas das políticas municipais e descentralização.

Ademais, o programa de pesquisa brasileiro tem sido influenciado e subordinado à agenda política pública no país, em que:

o conteúdo da produção acadêmica (teses, artigos e pesquisas) tem sido, em boa medida, a avaliação dos resultados alcançados pelas políticas em voga ou a atualização da informação existente sobre programas já consolidados. Na verdade, a subordinação da agenda de pesquisa à agenda política é potencialmente maior na área de políticas públicas do que em outras áreas do conhecimento (...) (Arretche 2003 apud Trevisan e Bellen, 2008, p.534).

Neste contexto, observa-se duas razões para transparência dos processos de avaliação de políticas públicas. O primeiro, é o aprendizado decorrente do estudo de outros pesquisadores, substantiva e metodologicamente. A segunda razão é reflexo dos benefícios de processos específicos que podem ser utilizados para selecionar indicadores de sucesso, como diálogos deliberativos, negociações com os usuários ou stakeholders.

Ao investigar os estudos de avaliação de políticas encontramos dois aspectos principais, quais sejam: i) específico, que compreendem a pesquisa avaliativa e a avaliação propriamente dita; ii) pesquisa avaliativa, que consiste em realizar um julgamento após uma intervenção (ex-post) por pesquisadores exteriores à intervenção, utilizando métodos científicos a fim de analisar a pertinência, os fundamentos teóricos, a produtividade, os efeitos e o rendimento de uma intervenção, objetivando ajudar na tomada de decisões (avaliações-diagnóstico) (SERAFIM; DIAS, 2012).

Baseado nestas abordagens é possível realizar uma análise gradativa da real situação que a política pública está, ou seja, por meio da investigação e avaliação poderá se observar se o programa está atendendo todos os propósitos ao qual foi criado.

De acordo, com Joppert (2012), no Brasil a cultura de planejar, monitorar e avaliar de forma sistemática ainda é deficitária e enfrenta resistências, em grande medida devido à confusão conceitual entre avaliação e controle ou auditoria de desempenho. Tal contexto dificulta a organização de uma estratégia nacional, focada no desenvolvimento de capacidades.

É tentando melhorar esses impasses que são desenvolvidos vários trabalhos e pesquisas acadêmicas, afim, de quebrar algumas barreiras que ainda são entrave para o melhoramento do desempenho de algumas políticas sociais que teriam tudo para ser referência e abranger muito mais pessoas que estão no entorno de algumas políticas sociais, porém, não são contempladas pelas mesmas.

4. Programa Tratamento Fora de Domicílio - TFD

O Tratamento Fora de Domicílio- TFD consiste em um programa que compreende as três esferas do governo, e tem como finalidade garantir que pacientes de um determinado município tenha a oportunidade de acesso a serviços assistenciais em outro município capacitado. O seu público alvo são pessoas que buscam assistência na rede pública de saúde,

porém, todos os meios de tratamento estão indisponíveis ou este determinado serviço não é oferecido no município onde reside, tendo então que ser encaminhado para outro município ou estado.

O “TFD” foi implantado no ano de 1988, a partir da Ordem de Serviço do INAMPS nº167/88 que instituiu os seus procedimentos. No entanto, em sua constituição, este programa só atendia os beneficiários da previdência social (FERNANDES, 2010), quando esgotados dos os meios de tratamento na localidade de residência do mesmo e desde que haja possibilidade de cura total e parcial, limitado ao período estritamente necessário a esse tratamento.

Porém, em 1999 a portaria nº 055/SAS/MS todas as ações do programa TFD foram reordenadas, dispondo sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicílio no Sistema Único de Saúde-SUS. A portaria estipula que é dever do Estado, garantir acesso de pacientes de um município a serviços assistenciais de outro município, considerando a importância da operacionalização de redes assistenciais de complexidade diferenciada, como já explanado se todos os meios de tratamento no próprio município estiverem esgotados. Com isso, assegura-se no processo de tratamento dos pacientes inscritos neste programa, mediante prévio agendamento: consultas, tratamento ambulatorial, hospitalar, assim como cirurgias, ajudas de custos (diárias) e passagens (aéreas, terrestres e fluviais) de ida e volta ao paciente e para o acompanhante quando for necessário.

O programa tem como propósitos, intermediar em conjunto com a rede de assistência de média e alta complexidade o atendimento do usuário no município ou estado que oferta os serviços, organizar o controlar e avaliação dos serviços de tratamento fora de domicílio ajudando o gestor no planejamento de ações de saúde e organizar todos os comprovantes das despesas do TFD, fazendo com que os processos dos beneficiários estejam sempre disponíveis aos órgãos de controle do SUS; tomar as providências necessárias referente ao pagamento de despesas com deslocamento do usuário e acompanhante para a consumação do tratamento fora de seu domicílio.

Com tudo, levando-se em consideração todos esses obstáculos na análise do programa “TFD” que serão apresentados diante dos resultados obtidos através dos dados apurados pela pesquisa que foi feita no município de Arinos-MG, será possível ver se esta política pública está atendendo a todos os objetivos ao qual foi criado.

5. Aspectos metodológicos

O método de pesquisa aqui utilizado adota aspectos descritivos e busca atingir uma explicação do fenômeno investigado. Já a investigação aqui empreendida tem natureza exploratória e baseia-se tanto em dados quantitativos como qualitativos. Os dados quantitativos e qualitativos são provenientes da aplicação de questionário estruturado junto aos usuários do programa TFD residentes no município de Arinos-MG, bem como entrevista com o presidente da câmara de vereadores do município.

A metodologia qualitativa/quantitativa utilizada tem como intuito apresentar resultados de acordo com a pesquisa descritiva desenvolvida na cidade de Arinos-MG, da mesma forma, tem como propósito acompanhar as ações do Executivo na manutenção desta política pública. Tendo em vista, que se busca examinar o desempenho da gestão municipal a partir da análise desse programa social existente no município, sob a percepção e avaliação dos cidadãos.

Em consonância com o objeto do estudo, o roteiro do questionário foi desenvolvido com base no referencial teórico de (GIL, 2002) visando identificar o perfil e a percepção dos beneficiados do programa. No que tange a estrutura do questionário, este seguiu o formato de múltipla escolha com respostas psicométricas de três e quatro pontos.

A amostra selecionada para aplicação dos questionários consiste em 158 indivíduos usuários do programa TFD, residentes no município de Arinos em Minas Gerais.

O levantamento dos dados desta política pública foi feito junto à secretaria municipal de saúde, prefeitura municipal, Convaless e câmara dos vereadores que possuem alguma ligação com a política pública “TFD” desenvolvida no município, o que possibilita a elaboração de um quadro analítico do programa, contendo os objetivos e as parcerias estabelecidas com o poder público. Para tanto, a pesquisa de campo foi realizada durante o período de 2017, sendo revisitada e atualizada nesse ano de 2020.

Vale salientar, que antes de iniciar a aplicação dos questionários, cada participante recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, ou seja, para iniciar a aplicação do questionário fez-se necessário o consentimento do entrevistado. O referido termo descreve o objetivo da pesquisa com caráter acadêmico e a participação voluntária dos entrevistados, bem como apresenta os esclarecimentos sobre o anonimato e confidencialidade

das respostas coletadas. Nesses termos fica estabelecido que os resultados desse estudo visa captar apenas a percepção dos indivíduos e não identificar os indivíduos investigados.

Adicionalmente, a leitura do questionário foi realizada oralmente pelo pesquisador, e as respostas registradas, uma vez que o questionário se constituiu de questões fechadas. O tempo médio de preenchimento do questionário foi de 15 minutos. Descritos os aspectos gerais metodológicos, os resultados foram tratados e agrupados a seguir.

6. Resultados e Discussão

As perguntas foram alocadas de maneira estratégica afim de se conseguir chegar o mais próximo possível da realidade vivida tanto pelos usuários quanto pela população que necessita ou que venham a necessitar de tais políticas públicas voltadas para a saúde dos cidadãos arinenses.

Os resultados da análise das respostas frente aos questionários e entrevistas foram construídos em três eixos de investigação: i) perfil socioeconômico; ii) Percepção sobre política pública e o programa TFD; iii) nível de satisfação com os serviços inerentes ao programa TFD em Arnos.

6.1 Perfil socioeconômico dos beneficiados do TFD

A Tabela 1 apresenta o perfil socioeconômico dos indivíduos assistidos pelos TFD em Arinos-MG. Percebe-se que não houve disparidades significativas entre os sexos dos entrevistados, uma vez que observou-se que 53% do sexo feminino e 47% do sexo masculino. Em relação à faixa etária dos indivíduos selecionados, a maior parcela da população assistida está na faixa etária de 30 e 50 anos (39%), seguida de 50 anos ou mais (28%), 19 a 29 anos (22%) e menores de 18 anos (11%).

Tabela 1- Perfil socioeconômico dos indivíduos selecionados

Variável	Categoria	Número absoluto	%
Sexo (N=158)	Masculino	75	47%
	Feminino	83	53%
Faixa Etária (N=158)	Menores de 18 anos	17	11%
	19 a 29 anos	34	22%
	30 a 50 anos	62	39%
	Acima de 50 anos	45	28%
Escolaridade (N=158)	Ensino fund. Incompleto	62	39%
	Ensino fund. Completo	41	26%
	Ensino superior incompleto	32	20,5%

	Ensino superior	23	14,5%
Renda (N=158)	Abaixo de 1 salário mínimo	63	40%
	Entre 1 e 2 salários mínimos	72	46%
	Entre 2 e 3 salários mínimos	14	9%
	Entre 3 e 5 salários mínimos	9	5%

Fonte: Elaboração própria baseado na pesquisa de campo (2020)

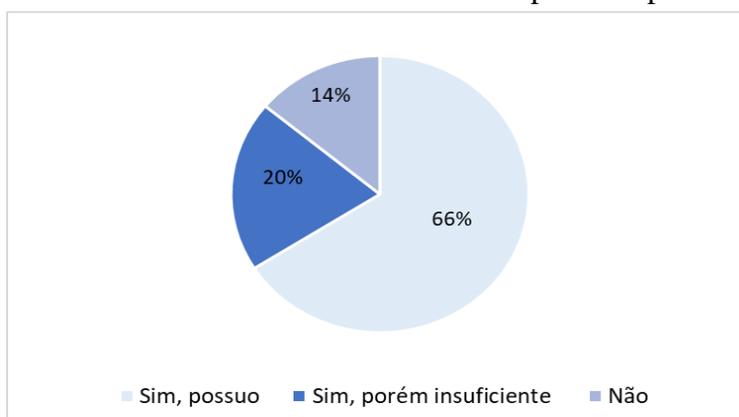
A terceira variável de interesse (escolaridade) demonstra que em sua grande maioria, a população exibe baixo nível escolar, uma vez que 39% não possui ensino fundamental completo que somados aos 26% com ensino fundamental completo, representa 65% da amostra selecionada. Tal fato supõe que estes cidadãos podem ter tido poucas oportunidades de acesso ao ensino, portanto, à educação formal, tendendo a refletir na renda conforme menciona Neri (2002) que indivíduos com menor nível de escolaridade tendem a apresentar menor nível de renda ao longo da sua vida.

De fato, essa relação pode estar correlacionada nesse estudo pois 40% dos respondentes vivem com menos de 1 salário mínimo e 46% entre 1 e 2 salários mínimos, ou seja, 86% da amostra possui rendimento de até 2 salários mínimos. Assim, os usuários do “TFD” são na sua maioria, indivíduos que necessitam de custeio à saúde, em virtude das limitações financeiras o que inviabiliza o pagamento de planos de saúde privados e complementares.

6.2- Percepção sobre política pública e o programa TFD

Conforme aponta o Gráfico 1, aproximadamente 66% dos entrevistados alegam conhecer ou saber o que são políticas públicas; 20% informam ter conhecimento, porém insuficiente; e apenas 14% não tem nenhum conhecimento sobre a temática.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre o tema políticas públicas



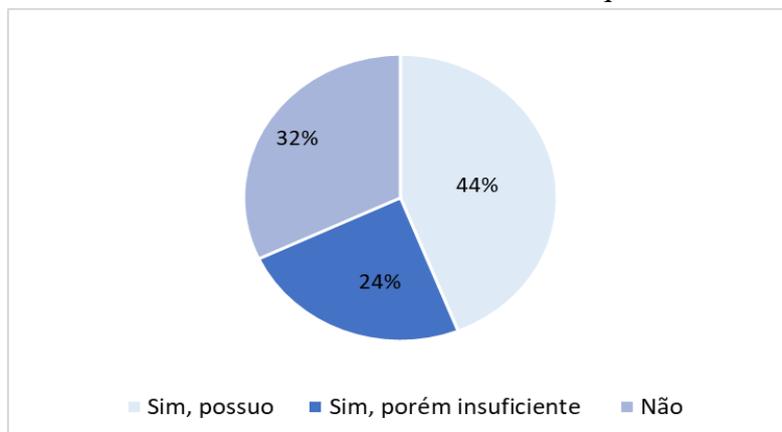
Fonte: Elaboração própria baseado na pesquisa de campo (2020)

Neste contexto, destaca-se que ao aplicar os questionários foi possível perceber a falta de conhecimento do termo por muitos dos entrevistados, um dos possíveis motivos podem ser a falta de interesse por assuntos e discussões políticas, como ressalta o presidente da Câmara dos Vereadores Fábio Santana quando questionado sobre “[...]o nível de participação por parte da população em relação as decisões políticas?”

“[...] muito fraca a começar pelas reuniões da câmara municipal, o público presente para ver as discussões das matérias é muito baixa a participação popular[...]. [...]nós temos a tribuna livre onde as pessoas podem se inscrever para falar sobre temas de interesse da comunidade, então, a comunidade infelizmente é omissa na vida política do município.”

Apesar dos dados do Gráfico1 demonstrar que as pessoas majoritariamente têm conhecimento sobre a temática políticas públicas, quando indagados sobre a compreensão e conhecimento dos principais aspectos relacionados ao acesso, direitos e deveres relativos ao programa TFD, 56 % tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o programa (Gráfico 2). Neste contexto, tal resultado pode ser reflexo da falta da ação integrada dos entes governamentais, gestores do programa, no que tange a divulgação à população sobre as suas principais características e quem tem direito à ele.

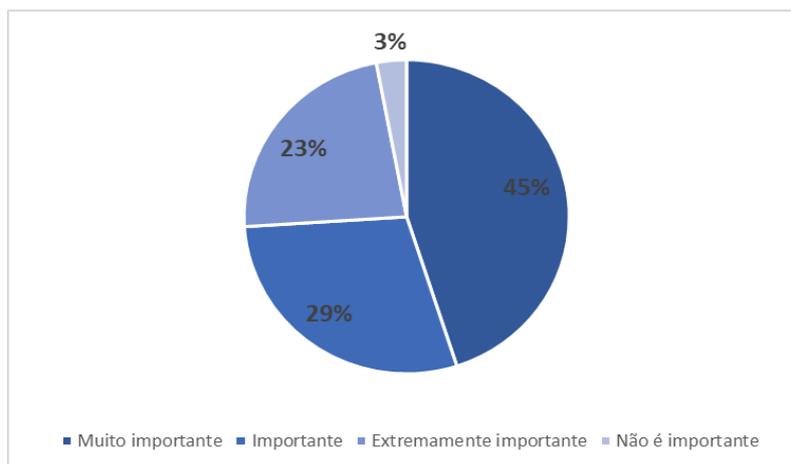
Gráfico 2 - Você conhece ou sabe o que é “TFD”?



Fonte: Elaboração própria baseado na pesquisa de campo (2020)

O Gráfico 3, apresenta a percepção dos beneficiados e cidadãos arinenses sobre a importância do TFD no município.

Gráfico 3 - Quão importante você julga para a sociedade arinense o desenvolvimento de políticas públicas? Em específico a "TFD"?



Fonte: Elaboração própria baseado na pesquisa de campo (2020)

Conforme se observa no Gráfico 3, para 45% dos entrevistados o TFD é muito importante, 29% importante, 23% extremamente importante, e apenas 3% julga que o programa não é importante para o município.

Ao realizar a entrevista com o presidente da Câmara dos vereadores do município, e indaga-lo se: “Existe algum mecanismo de participação popular com vistas à definição de melhores práticas, aplicação de recursos e controle (fiscalização) relativo ao programa “TFD”? Se sim, quais são? Se não, por quê?”

[...] Não tem. O que tem na Câmara de Vereadores é uma comissão de saúde, as coisas que não estiver andando na linha na área da saúde as pessoas reclamam para os vereadores por whatsapp, via telefonema, e, a partir daí, de alguma maneira os vereadores procuram a secretária, os médicos, para melhorar o atendimento que é uma política da área da Câmara dos Vereadores. O que ninguém discorda é a importância do desenvolvimento de políticas públicas, em especial o “TFD”. Contando que 97% dos pesquisados acham fundamental o “TFD”, praticamente todos tem a mesma opinião.

Ainda ao questiona-lo sobre a sua percepção e relevância do TFD em Arinos, o mesmo ressalta:

“O TFD é Fundamental, não é nem relevante, é fundamental! Pois como que uma família pobre vai fazer um tratamento continuado de uma doença

grave? como elas iram bancar isso, se na maioria dos casos as famílias ganham menos que dois salários mínimos[...]"

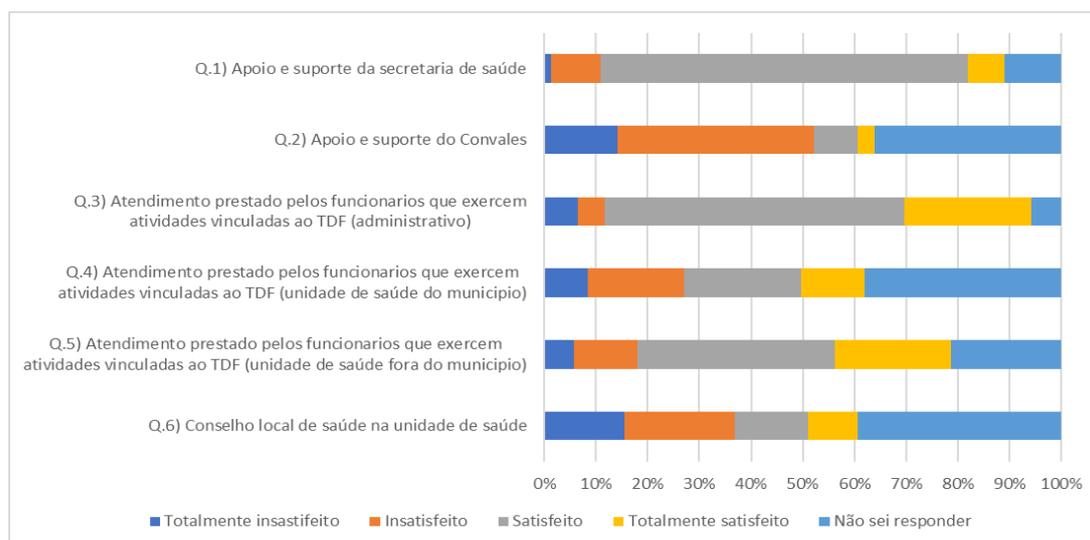
6.3 Nível de satisfação

Buscou-se ainda investigar a percepção dos usuários quanto a qualidade dos serviços prestados pela secretaria municipal de saúde, tendo em vista que os procedimentos para solicitar o acesso aos recursos e serviços do TFD, tais como requerimentos e encaminhamentos para os diversos tratamentos em outros municípios de referência em processos de média e alta complexidade, são requeridos por ela.

Ao analisar o Gráfico 4, observa-se que mais de 50% dos beneficiários estão satisfeitos com o apoio e suporte prestado pela secretaria de saúde, e pelo atendimento prestado pelos funcionários da administração vinculados ao TFD, demonstrando que funcionários são comprometidos com o programa e procuram satisfazer as necessidades da população assistida. No entanto, mais da metade está insatisfeita com os serviços prestados pela Convales (CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS).

Em relação aos serviços prestados pelas unidades de saúde fora do domicílio, os entrevistados apresentam uma satisfação relativamente alta, em que apenas 18% não está satisfeito ou totalmente satisfeito com o TFD. Por fim, observa-se que aproximadamente 30% dos entrevistados não tem conhecimento sobre o conselho local de saúde na unidade de saúde, resultado que enfatiza o desconhecimento sobre os aspectos do programa e de políticas públicas.

Gráfico 4- Satisfação dos beneficiários do TFD, Arinos



Fonte: Elaboração própria baseado na pesquisa de campo (2020)

Ao final dos questionários foi deixado em aberto um espaço, com o objetivo dos entrevistados ressaltasse aspectos não contemplados ao longo da entrevista. Neste quesito, observou um número elevado de entrevistado que apontaram que o valor repassado pelo programa TFD, mesmo que seja um auxílio importante para suprir despesas com saúde, ainda é baixo em termos de valores monetários para suprir todas as despesas com saúde para além do seu município.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo traçar o perfil dos indivíduos beneficiários do programa TFD na cidade de Arinos-MG, bem como a percepção dos serviços prestados pela secretaria municipal de saúde e pelo Convaless.

Como pôde se observar, o perfil dos usuários do programa consiste em 53% de mulheres, 39% com nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto, 86% possuem renda de até 2 salários mínimos e 39% de indivíduos com faixa etária de 30 a 50 anos. O baixo percentual de idosos assistidos pelo programa, sugere que possa estar sendo subutilizado, necessitando de aprofundamento de estudos para essa confirmação.

Em relação a percepção da importância do programa, 97% consideram que o TFD é importante para o município, pois sem os mesmos muitos habitantes da cidade não teria recursos financeiros próprios para arcar com as despesas, uma vez que a cidade não dispõe de serviços de alta complexidade que atenda toda a população.

No que tange a percepção e nível de satisfação do serviço prestado pela secretaria de saúde do município, nota que mais da metade da população está satisfeita com o apoio prestado, embora mais da metade não estão satisfeitos com o serviço prestado pelo Convales, consorcio que atua em conjunto com a secretaria de saúde do município.

Neste contexto, estes indicadores foram construídos com o intuito de corroborar com as instituições públicas que administram o referido programa, para que então tracem diretrizes e mecanismos para melhorar a acessibilidade ao sistema de saúde, uma vez que em grande medida a população de Arinos relatou baixo conhecimento sobre aspectos gerais do programa.

Referências

AMORIM, Maria S. S.; REOLON, Rodrigo. Gestão governamental e políticas públicas locais. Revista Debates, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/debates/article/download/7019/5453>. Acesso em: 05 jun. 2017.

CALMON, Paulo. Análise de Políticas Públicas: Uma Primeira Aproximação. 1º ed. Brasília. Universidade de Brasília. 2013.

CANTON, João V. D. Políticas públicas, planejamento e desenvolvimento econômico: um estudo de caso do município de Seberi/RS. [S.I.]: Repositório Ufsc, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160466>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

CIDADE-BRASIL: Município de Arinos. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-arinos.html>>. Acesso em: 30 maio 2017.

DALFIO, Eduardo; LIMA, Rita; ANDRADE, Maria; CONTARATO, Priscilla C.; ANDRADE, Maria A. C. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. [S.I.]: Scielo, 2015. Disponível em: <[https:// http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00210.pdf](https://http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00210.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

DALFIOR, Eduardo T.; LIMA, Rita de Cássia D.; CONTARATO, Priscilla C.; ANDRADE, Maria A. C. Análise do processo de implantação de políticas de saúde: um estudo de caso baseado no enfoque da política institucional. [S.I.]: Scielo, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n111/0103-1104-sdeb-40-111-0128.pdf>>. Acesso: 15 set. 2017

FERNANDES, Silvio D. P. Tratamento fora de domicílio no quarto e sétimo centros regionais de saúde do estado do Pará: Informações úteis para o planejamento da gestão do trabalho no SUS. [S.I.]: Repositório Univali, 2010. Disponível em: <<https://siaiap39.univali.br/repositorio/handle/repositorio/1213>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FREITAS, Roberto L. C. Governança participativa no âmbito do orçamento público: os casos dos municípios mineiros de unai e buritis, participantes da região integrada de desenvolvimento do distrito federal e entorno- ride-df. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2016.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 3º ed. 2014

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MADEIRA, Ligia M. Avaliação de políticas públicas. 1º ed. Porto Alegre. UFRGS. 2014.

SILVA, Daniel C. Contextualização: políticas públicas no Brasil. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, 21 mai. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19158>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

TREVISAN, Andrei P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. [S.l.]: Scielo, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso: 06 jun. 2017.